



José Gabriel Ávila*

A crise política açoriana

A instabilidade política resultante da demissão do Primeiro Ministro e a conseqüente convocação de eleições, continuam a dominar a informação nacional.

Nos últimos dias conheceram-se os candidatos à liderança do PS e constroem-se cenários com base em sondagens sobre os hipotéticos vencedores e vencidos de março próximo e sobre as ideologias e propósitos da futura governação.

Nos próximos quatro meses que alguns comentadores consideram ser demasiado tempo para o veredito popular, os cidadãos terão a atualidade política inundada de conjeturas, suposições, cenários, hipóteses e propaganda eleitoral que, provavelmente, os desincentivará a intervir civicamente, antes os afastará desses espaços nobres da programação televisiva. Espero que tal não soceda.

As máquinas da propaganda e as estruturas partidária apressam-se, entretanto, a realizar o máximo de iniciativas para convencer os eleitores de que estão preparadas para se apresentarem ao sufrágio com programas de governo adequados, candidatos e iniciativas mobilizadoras de simpatizantes e militantes.

É assim, sempre que períodos eleitorais acontecem.

Por cá, assiste-se a um incompreensível silêncio sobre o que acontecerá no Parlamento Regional após o chumbo previsto do Orçamento Regional. Haverá uma moção de censura da oposição apresentado pelo PS ou pelo Bloco? Ou um voto de confiança do Governo da Coligação?

O PSD-Açores já se apressou a vir a terreiro anunciar que à rejeição do atual Orçamento, seguir-se-á um segundo Orçamento. Mas será mesmo assim?

Quem tem medo de eleições?

Ao cidadão comum não passa despercebida a quantidade de iniciativas governamentais e partidárias em tudo semelhantes à propaganda política usual em períodos pré-eleitorais.

São eventos organizados só para marcar a agenda dos média, com declarações sobre empreendimentos sem projeto, sem concurso e sem adjudicação; são visitas de mera circunstância a organismos governamentais só para preencher alinhamentos de TJs; são declarações para contestar afirmações de outros agentes políticos nacionais e regionais; são jornadas parlamentares, aqui e ali, para destacar a obra feita, ou criticar a morosidade na resolução de problemas antigos, etc, etc. Tudo serve para a propaganda política e para integrar os noticiários da RTP-A, como se ela fosse o diário oficial da Região.

Nestas alturas pede-se aos profissionais da informação *“critérios de serena objetividade, [para que se] evite a propaganda e se livre de métodos de informação que, violando a justiça e a verdade, ferem a dignidade e o bom nome dos cidadãos.”*¹

É tarefa difícil, que exige muita coragem e lucidez, pois o poder, qualquer que ele seja, utiliza formas dissimuladas de contornar e atingir os seus intentos.

Seja como for, a imprensa desta semana publicou um artigo de Mota Amaral sobre as “crises políticas em curso” que não me passou despercebido, embora não o tenha visto citado pelos OCS.

Não é muito usual o Fundador do PSD vir a público comentar questões do foro interno e a estratégia política do seu partido.

Fê-lo, no entanto em maio de 2021, em entrevista ao jornal Açoriano Oriental, seis meses após a posse de Bolieiro.

De uma forma enérgica declarou então Mota Amaral: *“o poder de decisão de eventuais conflitos cabe ao líder e ele deve exercê-lo sem hesitar, assumindo pessoalmente as responsabilidades”*. E acrescentou: *“tem de haver um líder claramente reconhecido por todos e em toda a sociedade e esse é o Presidente do PSD-AÇORES e do Governo Regional.”* O recado público e direto deve ter calado fundo na liderança social-democrata e nos dirigentes da coligação. Todavia, só recentemente a colocação em várias ilhas de um “outdoor” publicitando o óbvio: J.M.Bolieiro –

Presidente do Governo dos Açores, comprove que o “puxão de orelhas” foi entendido, embora tarde. Fará, certamente parte das mensagens da próxima campanha eleitoral.

No artigo publicado esta semana, o ex-Presidente do Governo Regional defende que: *“No caso (...) de a demissão do Governo Regional ser apressada pela aprovação na Assembleia legislativa de uma moção de censura, subsequente à já anunciada rejeição do Orçamento, e da qual se tem falado dubitativamente, então talvez fizesse sentido juntar as eleições legislativas regionais às nacionais e resolver tudo de uma só vez, nos dois âmbitos e coerentemente.”*²

A dúvida sobre o sentido da realização simultânea de eleições em 10 de março, deve ser entendida como uma maneira diplomática de não contestar as recentes posições do PSD anunciando a apresentação de um segundo Orçamento.

Porque a afirmação consta da conclusão do artigo, constitui um sério apelo à coligação e aos dirigentes do PSD para que não percam tempo e aproveitem antes as vantagens do envolvimento e das mensagens nacionais dos social-democratas, já que o CDS e o PPM só tem expressão regional.

Presumo que estas “reflexões” de MA já foram apresentadas e aceites pelos dirigentes social-democratas açorianos. As suas conseqüências far-se-ão sentir, proximamente, no Parlamento Regional, pois já são evidentes na agenda mediática do Governo.

Perante este volte face, que atitude vai tomar o PS? Assumirá o ónus da queda do Governo, na presunção de que venceu as últimas regionais? A vida política, sobretudo em tempos de crise, está enredada em contradições que o eleitorado desconhece.

É incontestável a movimentação política de governantes, deputados e agentes sociais afetos ao poder.

Que pensa o Representante da República da incerteza política que se vive nos Açores? E o Presidente da República? Estará à espera do que for decidido no Parlamento Açoriano, para convocar o Conselho de Estado e decidir antecipar eleições?

Os próximos dias trarão, certamente, novidades.



¹Comunicado do Conselho Permanente da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), nov 2023

²Jornal Diário dos Açores, 14 nov 2023, pag 6